# ANTI CAPITALISTA

N.º 38 (SÉRIE II) – ABRIL 2021

BURGUESIA:
O CONCEITO E O PODER
P.P 06 E 07

O CARTAZ PARA
A REVOLUÇÃO
P. 08

# NEGACIONISMO E SUPREMACISMO CONTRA AS VACINAS

# XII CONVENÇÃO DO BLOCO: A ESCOLHA É TUA.

Como sempre, a XII Convenção do Bloco de Esquerda deve afirmar a escolha coletiva de uma direção e um programa para as lutas dos próximos dois anos. Como terceira força política nacional, o Bloco é hoje a referência popular e socialista para as transformações necessárias na resposta à crise e na superação das desigualdades e atrasos. A Convenção é o momento de fazer valer a democracia dessas escolhas, olhando para o futuro.

O processo da Convenção decorre, sem dúvida, num tempo singular. O desconfinamento em Portugal é ensombrado pela subida de novos casos no resto da Europa enquanto persistem os impasses de um plano de vacinação bloqueado pelos interesses privados. Foi por isso sensata a decisão da Mesa Nacional, tomada sem oposição a 6 de março, em reduzir o universo de participantes da Convenção por razões de proteção sanitária, assegurando a proporcionalidade das vozes e representações. Projetar para meados de maio a presença de perto de mil pessoas num espaço fechado não seria compreensível quando o país cumpre restrições.

Registadas as continuidades de plataformas locais apresentadas como moções e de moções que repetem o calendário a cada dois anos, salta à vista uma moção que promete um ajuste de contas com o passado. A moção E, "Enfrentar o empobrecimento, polarizar à esquerda", animada pela plataforma Convergência (já sem uma parte dos seus membros, que subscrevem a moção N), começa por afirmar que "o apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo" mas que "no caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos" pois "sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade".

Ignoremos por momentos a lógica desta ideia, a que nos propõe que ao Bloco, que manteve o número de deputados, deve ser assacada a responsabilidade pela redução de votos à esquerda, quando foi o PCP que perdeu. Ora, terá faltado à esquerda capacidade de pressão em 2018 e 2019? Terá faltado confrontação nas eleições de 2019, quando impedimos o PS de ter maioria absoluta? Fragilizou a luta dos trabalhadores precários a afirmação do Bloco pelo cumprimento do PREVPAP? Desprotegeu-se quem menos tem ao acabar-se com a vergonha do corte de 10% no subsídio de desemprego de longa duração? Alguma destas medidas deixou de lado os conflitos estruturais quanto à banca, as leis laborais, a emergência climática? Deveria a esquerda estender o tapete aos esforços da dramatização do PS na busca da maioria absoluta? Percebe-se bem porque é que os autores desta ideia se esqueceram de a propor em 2017 ou na Convenção de 2018, quando o Bloco poderia ter escolhido provocar eleições antecipadas para dar a maioria absoluta ao PS, como sugerem quatro anos depois.

A Convenção do Bloco não é um ajuste de contas com o passado. É o momento de repensar a organização para o que importa, nas lutas de base, no alargamento da militância, no acolhimento de centenas de novos aderentes. Fazer escolhas com a exigência, conhecimento e competência necessárias na resposta às crises que enfrentamos. E escolher quem dirige o partido. Como afirma a Moção A, "No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo."

Esta é uma publicação da ***Rede Anticapitalista***, em que se juntam militantes do ***Bloco de Esquerda*** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

## ÍNDICE


2 *Editorial*
XII Convenção do Bloco: a escolha é tua

3 A disputa da memória coletiva
*Andreia Galvão*

4 O negócio da pandemia
*Nuno Veludo*

5 Impunidade de Grupo – o suicídio do mundo "desenvolvido"
*José Gusmão*

6 Burguesia: notas sobre um conceito
*João Teixeira Lopes*

7 Teletrabalho e privilégio burguês
*Mafalda Escada*

7 Leituras
*A escola de Topeka,*
Ben Lerner

*O marinheiro que perdeu as graças do mar,*
Yukio Mishima

8 O Design na revolução: o cartaz de protesto
*Ana Mendes*



**Ficha Técnica**

**Conselho Editorial**
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

**Design**
Helena Borges

**Capa**
United Nations Covid Reponse @ Unsplash

**Participaram nesta edição**
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Mendes
Andreia Galvão
Adriano Campos
Andreia Galvão
João Teixeira Lopes
José Gusmão
Mafalda Escada
Nuno Veludo

**Depósito Legal**
441931/18

**Contactos**
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

HISTÓRIA

# A DISPUTA DA MEMÓRIA COLETIVA

ANDREIA GALVÃO

O 25 de Abril traz para o debate público a questão da memória coletiva e a forma como nos definimos enquanto coletividade e nação. Pierra Nora, uma referência no quadro dos historiadores franceses, considerava a como "*a memória, ou o conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado*"[1] .

Vários eventos recentes têm trazido para a ribalta as problemáticas da memória colonial. O aceso debate social que se gerou em torno da figura de Marcelino da Mata, o militar nascido na Guiné-Bissau, o mais condecorado do exército. Foi um dos fundadores dos comandos, tropa de elite na qual serviu desde o início da Guerra Colonial, em 1961, e na qual foi progredindo de soldado até oficial, tendo sido promovido em 2018 a major, estando graduado em tenente-coronel.

O seu falecimento devido à pandemia do covid-19 foi seguido pela proposta do CDS, que apresentou um voto de pesar pela morte do militar, lamentando que o "*herói de guerra*" não tivesse sobrevivido aos "*impactos desta terrível pandemia que o mundo atravessa*". A defesa destes crimes de guerra históricos precederam a perseguição de ativistas que o evidenciavam e insistência no discurso de branqueamento da invasão colonial.

[1] Pierre Nora, «Mémoire collective», in Jacques Le Goff (curatore). *La nouvelle histoire*, Paris: Retz, 1978, p. 398.

As perceções subjetivas do real vão de encontro à política de silenciamento e dos "*lugares de esquecimento*" de figuras e discursos oficiais, levando-nos a concluir a importância do campo ficcional para a realização de um processo doloroso de luto, imprescindível para endereçar não só os treze anos de guerra, mas os quarenta anos de repressão instauradas pelo Estado Novo.

O momento histórico do 25 de Abril veio revolucionar diversos aspetos da sociedade, mas manteve o silenciamento deste marco, deixando por analisar, contextualizar e criticar séculos de horrores coloniais. Conseguimos manter a imagem de "*bons colonizadores*", agentes da propagação da multiculturalidade e diplomatas de brandos costumes, uma visão que não podia estar mais afastada da realidade concreta da história.

Algumas obras literárias surgiram como antagónicas a esta memória, entre as quais, "Os cus de Judas" (1979), marcada pelo cunho autobiográfico (também presente em "Memória de Elefante" (1979) e "Conhecimento do Inferno" (1981). Verificava-se já aqui um diálogo sobre os eventos em questão.

Quando falamos sobre a necessidade de disputar a história, refletimos sobre a importância de um palco de debate que conteste as narrativas perpetuadas durante o período da ditadura. Parece clara a importância e a necessidade do conflito para fazer emergir uma cena pública,na qual nos tornamos visíveis[2].

A disputa que tem ganho mais espaço nas últimas décadas tem sido denominada "memória autêntica" ou "pós memória" e alberga as experiências de pessoas que carregam as cicatrizes deste período e a memória da geração subsequente, memória herdada, ouvida e não vivida.

Urge descolonizar a memória, pois esta sustenta o racismo estrutural que se embrenha nas nossas sociedades. Estes legados de repressão política, do autoritarismo, da impunidade e da naturalização da violência que resultaram das práticas de normalização da sociedade e da política, que também foram responsáveis por políticas de esquecimento. Apagamos a resistência da história que contamos sobre nós próprios enquanto país.

Combater por Abril é lutar por uma país de todas e todos, que torne inclusiva a portugalidade e que reconheça as dívidas históricas, olhando-as como base para resolver os desafios contemporâneos, que exigem uma defesa inequívoca da liberdade.

[2] Ansara, Soraia. "Políticas De Memória X Políticas do Esquecimento: Possibilidades de Desconstrução da Matriz Colonial." *Revista Psicologia Política*, Sociedade Brasileira de Psicologia Política, pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008.

**Andreia Galvão é ativista estudantil e climática.**

# O NEGÓCIO DA PANDEMIA

NUNO VELUDO

As vacinas contra a COVID-19 são um exemplo de que entre a vida das pessoas e o lucro, o capitalismo escolhe sempre o último. A esperança de que a produção em tempo recorde de uma vacina através da cooperação científica internacional com investimento público iria salvar o mundo rapidamente chocou contra os interesses de grandes grupos farmacêuticos multinacionais. O lucro à frente da saúde é o *modus operandi*.

As vacinas americanas e europeias aprovadas da Pfizer, AstraZeneca e Moderna, só terão alcance para proteger em 2021 um terço do mundo.Das 1,35 mil milhões de doses que a Pfizer conta produzir em 2021, mil milhões já estão destinadas aos países mais ricos. Já a Moderna vendeu 780 milhões de doses, aos mesmos países mais ricos, das mil milhões de doses que conta produzir. O açambarcamento de vacinas por estes países deixa assim os países em desenvolvimento à mercê de jogos e disputas geopolíticas.

A Pfizer, Moderna e a Johnson & Johnson acumularam 125,3 mil milhões de receita durante 2020 com a pandemia. Apesar de a vacina da Pfizer custar menos de 20 dólares, é esperado que renda um total de 15 mil milhões de dólares a esta farmacêutica, com uma margem de lucro a rondar os 30%. A Moderna obteve em 2021 resultados positivos na ordem dos 16 mil milhões, as suas ações valorizaram-se em mais 187% nos últimos 12 meses, e a sua receita cresceu 13 vezes face ao ano anterior à pandemia.

Sejamos claros, cada dólar de lucro em matéria de emergência de Saúde Pública Global são milhares de vidas perdidas, para a doença e para a crise social.

Esta atitude do interesse capitalista na doença não é uma novidade trazida pela COVID-19. Em 2019, 1,4 milhões de pessoas morreram de tuberculose e 95% dessas mortes foram em países em desenvolvimento. Apesar disso, a Johnson & Johnson cobrou 1,200 dólares por tratamento, que entretanto reduziu para 400 dólares, quando estudos indicam que este tratamento poderia ser vendido por valores entre os 48 e os 102 dólares e ainda assim gerar lucro.

Já ficou claro que deixar a saúde à mercê do mercado apenas serve os interesses capitalistas de alguns em detrimento da saúde de muitos. Os interesses em torno do negócio da doença lutam com todas as forças para assim o manter. O caso das patentes das vacinas contra a COVID-19 é o mais recente exemplo. Apesar dos cerca de 7,5 mil milhões de euros em investimento público para a obtenção de vacinas em tempo recorde, as suas patentes estão na mão de empresas privadas.

As vacinas que deviam ser um bem público global, rapidamente se tornaram um bem comercial privado, na mão de poucos, impedindo assim a produção descentralizada e de se usar a total capacidade de produção mundial. Um dos argumentos para a proteção das patentes é de que estas asseguram incentivos para a inovação. Puro oportunismo capitalista! A inovação veio essencialmente de financiamento público, não da "mão invisível" do mercado.

A dominação do Mercado em detrimento da prioridade da Saúde Pública e dos direitos humanos, abre espaço para o agravamento do fosso entre o Norte Global e o Sul Global e para o aumento da desigualdade social. Ao atual ritmo de vacinação, serão necessários cerca de 4,7 anos para cobrir 75% da população mundial com uma vacina de duas doses. É inaceitável. É necessário e urgente quebrar a propriedade das patentes e assegurar a produção descentralizada e a venda a preço de custo para que a vacina seja de facto um bem público global, ou seja, gratuita, universal e de fácil acesso.

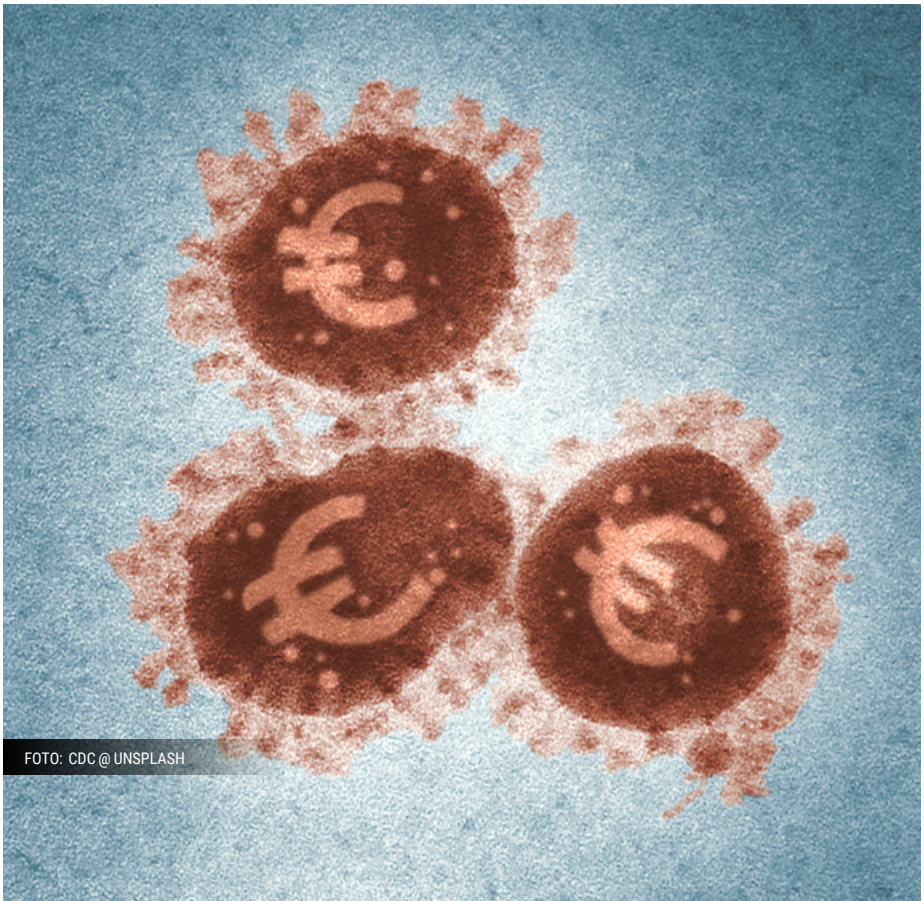


FOTO: CDC @ UNSPLASH

**Nuno Veludo é assessor do Bloco na Câmara de Lisboa e investigador em relações internacionais.**

# IMPUNIDADE DE GRUPO: O SUICÍDIO DO MUNDO "DESENVOLVIDO"

JOSÉ GUSMÃO

A Europa está a arder. Há meses que dura o naufrágio da estratégia de vacinação Europeia. A União financiou o desenvolvimento das vacinas, assumiu todos as responsabilidades regulatórias e de mercado, avançou com compromissos de compras. Ficou com os custos, ficou com os riscos e, em troca, assinou contratos que não garante nada e são impossíveis de fazer cumprir. O espetáculo europeu é simultaneamente degradante e confrangedor. A Europa, que não consegue assegurar a produção e distribuição de vacinas para si própria, opõe-se ao requerimento do segundo maior produtor mundial de vacinas, a Índia para que sejam suspensos os direitos de propriedade industrial associados à Covid-19. Não produz nem deixa produzir. Assiste, de um lado, ao egoísmo competente de britânicos e norte-americanos e, do outro, à diplomacia da vacina dos Russos e Chineses, que já entrou pelo território da EU adentro. A Presidente da Comissão irrita-se, ordena, ameaça e, a cada bravata, denuncia uma fraqueza que radica na indisponibilidade de mobilizar os poderes que a democracia tem para proteger o interesse público. Mesmo perante a calamidade, a Comissão protege o negócio.

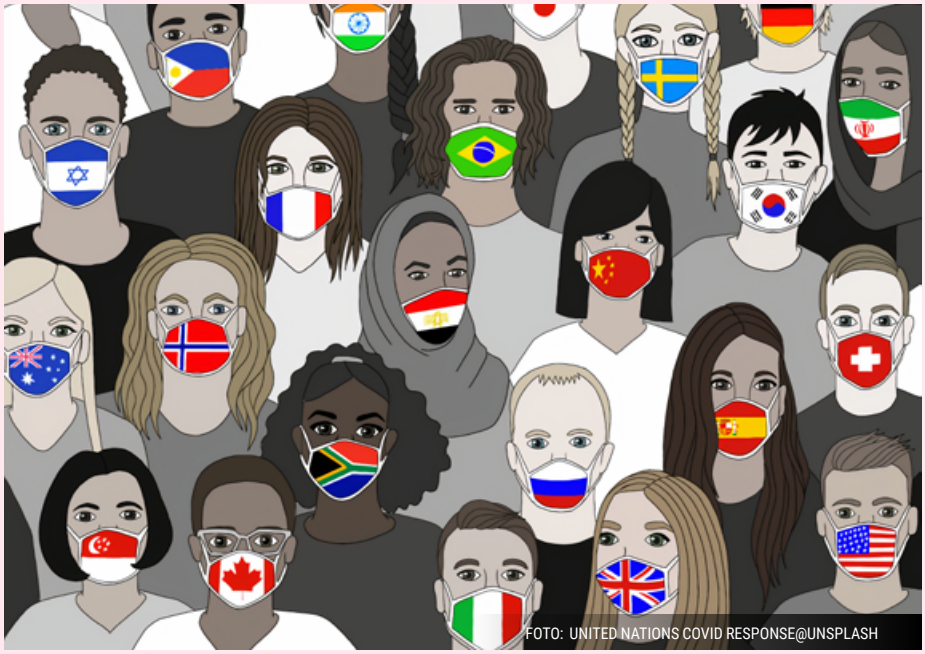


FOTO: UNITED NATIONS COVID RESPONSE@UNSPLASH

De todas as objeções levantadas, a mais frágil é a que assenta em argumentos legais. Na realidade, a suspensão de direitos de propriedade industrial está claramente prevista no direito comunitário e nos direitos nacionais dos Estados-membros. A Organização Mundial de Comércio, prevê no acordo TRIPS (Aspetos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual) a emissão de licenças compulsórias por parte dos Estados, desde que justificadas para cada situação específica. Essa autorização foi depois alargada à possibilidade de exportação quando estivessem em causa problemas de saúde pública através da Declaração de Doha. Os Estados Unidos, que são um dos países que se está opor, em conjunto com a UE, ao pedido de Índia e África do Sul para acionar estas cláusulas, é o maior utilizador das mesmas, seja em situações de saúde pública, seja para proteger a concorrência ou a segurança nacional. Fizeram-no muitas vezes sob a forma de ameaça, e quando as ameaças não foram suficientes, concretizaram-nas com o pragmatismo habitual.

Foi a fragilidade dos argumentos legais que levou os opositores à partilha da tecnologia Covid a refugiarem-se no argumento da capacidade de produção. Há vários meses que esse se tornou o seu único trunfo. Um bluff, como lhe chamou lapidarmente Aranda da Silva, com sinais bastante evidentes. Se mais ninguém consegue produzir as vacinas, porque não partilharam as empresas a sua tecnologia na plataforma da OMS? Se mais ninguém as consegue produzir, o que teriam a perder? Porque e como é que foram fazendo parceiras de produção com outras empresas, ao mesmo tempo que diziam que mais ninguém conseguia produzir? Como sustentar essa tese perante a Índia, que tem uma das maiores e mais sofisticadas indústrias farmacêuticas do Mundo?

Neste cenário, a impotência autoinfligida da Comissão não é fácil de atribuir, porque as explicações são várias: a influência do lobby das farmacêuticas, a pressão dos países que têm cavalos nesta corrida, a começar pela Alemanha, a estupidez e obstinação ideológica, tudo candidatos plausíveis. E, claro, a inimputabilidade democrática dos líderes europeus. A Presidente da Comissão pode ficar ou até ser demitida no rescaldo desta barraca, sem que isso tenha quaisquer consequências políticas. Talvez por isso, a unidade Europeia esteja em completa desagregação, desde os países que vão às compras sozinhos até ao triste episódio da suspensão da AstraZeneca, que fez as delícias dos negacionistas de todas as estirpes.

A grande diferença é que, desta vez, o egoísmo do mundo desenvolvido está a fazer vítimas entre os seus próprios habitantes. Talvez por isso, o apoio à suspensão dos direitos de propriedade industrial cresce, literalmente, a cada dia que passa. É responsabilidade da esquerda construir as alianças que lhe dêm força e consequência, e o conduzam para a solidariedade global que é, por definição, a única forma de vencer uma pandemia.

**José Gusmão é eurodeputado do Bloco de Esquerda.**

CAPITALISMO

# BURGUESIA: NOTAS SOBRE UM CONCEITO

JOÃO TEIXEIRA LOPES

FOTO: MASTER1305 @ FREEPIK

A burguesia é a classe que, sob o capitalismo, acumula e concentra poder económico, político, cultural e simbólico, através da exploração e da dominação das outras classes sociais. A acumulação, tendencialmente infinita, desdobra-se em vários circuitos. O Sociólogo e filósofo marxista, Henri Lefèbvre, refere duas das fontes dessa acumulação infinita: o que ele apelida de "circuito primário do capital", associado à mais-valia imbuída na produção industrial "das coisas" e o "circuito secundário de capital", inscrito na produção social do espaço, cada vez mais atraente para a burguesia, particularmente em tempos de recessão, dadas as possibilidades abertas pela especulação imobiliária e a transformação do uso dos solos por ação e/ou omissão do Estado (sabemos bem o que isso significa, perante o colapso da habitação como bem público em tempos de gentrificação e turistificação).

Pela minha parte, acrescentaria dois outros circuitos relativamente autónomos de capital, embora sem esquecer a sua íntima articulação na reprodução global do sistema. Refiro-me ao circuito da dívida soberana, hiperbolizado a partir da crise financeira de 2008 e que consubstancia uma enorme transferência de rendimento e de poder do trabalho para o capital por via das medidas de austeridade, de contração da despesa e do investimento público e de redução drástica do salário indireto implícito nos serviços públicos. Mais recentemente, destaca-se um quarto circuito, o do biopoder do capitalismo de vigilância, que transforma os trabalhadores (o seu corpo, a sua cognição, as suas memórias e imaginação, a sua subjetividade e identidade) em matéria-prima de algoritmos de inteligência artificial que, longe de serem máquinas neutras, revolucionam o nosso modo de perceção da vida e das relações sociais, numa espécie de enclausuramento cognitivo que serve a radical personalização dos mercados e o ensimesmamento social e cultural.

Os quatro circuitos definem o poder da burguesia e devem ser entendidos como um modo de estruturação das relações sociais. Todo o poder, aliás, é uma relação social que se apropria, em termos de soma/zero, do trabalho, do corpo, da energia, da memória e da imaginação dos outros. Por isso, a burguesia não é um lugar fixo e imutável, até porque procura incessantemente renovar e aprofundar o seu poder, indo ao âmago da reprodução social, isto é, ao controle sobre o corpo (incluindo os sentimentos e a sua integração numa determinada noção de identidade). O capitalismo e a força da burguesia residem nessa imbricação radical entre as estruturas sociais mais arreigadas e as expressões, aparentemente anódinas e insignificantes da vida quotidiana e ordinária. Por outras palavras, não há burguesia sem um tipo de subjetividade, de moral, de linguagem, de ethos, de consentimento (que nunca é totalmente inerte, já que, tantas vezes, a falta de recursos para a reflexividade, a critica e a resistência é erroneamente percebido como passiva resignação).

Acresce que a burguesa reproduz-se reproduzindo o sistema que a produz. A sua força reside no poder simbólico que lhe permite construir uma crença coletiva nas regras do jogo, parafraseando o sociólogo Pierre Bourdieu, espécie de insaciável máquina de disseminação de senso comum (hoje dramaticamente acelerada pelo domínio do ciberespaço e das redes sociais) que é ao mesmo tempo dissimulação e adormecimento. Os interesses da burguesia passam por universais, a sua moral transmite-se com grande capilaridade, insinuando-se até no modo como os explorados se encaram a si mesmos ("os perdedores", "os sem mérito ou talento", "os falhados"; etc.)

O segredo é a alma da burguesia. A invisibilidade o seu negócio. A individualização do modo de ver e estar no mundo o seu instrumento. A crítica e a desocultação o seu tormento.

**João Teixeira Lopes é sociólogo e professor universitário.**

## PARA LER MAIS

**Bourdieu, Pierre** (2010), *A Distinção, Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: edições 70.

**Pinçon, Michel, & Pinçon-Charlot, Monique**. (2007). *Sociologia da alta burguesia*. Sociologias, (18), 22-37. https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200003

**Louçã, Francisco; Lopes, João Teixeira e Costa, Jorge** (2014), *Os Burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa: Bertrand

**Lefèvre, Henri** (2006), *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf

**Zuboff, Shoshana** (2020), *A Era do Capitalismo da Vigilância. A disputa por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Lisboa: Relógio d'Água

# TELETRABALHO E PRIVILÉGIO BURGUÊS

MAFALDA ESCADA

"Is class a difference that still makes a difference?"[1] perguntou Diana Coole acerca do alegado eclipse discursivo da classe. Ignorando um elemento chave na sua resposta– o "discurso da diferença" - é possível reter pelo menos parte dela. O desenvolvimento económico e tecnológico fragmentou as classes "tradicionais". Sinteticamente, falamos das classes antagónica e relacionalmente definidas: a burguesia e o proletariado. O conflito capital/trabalho tornou-se menos percetível, mas não menos real, num tempo em que aparentemente cada vez mais "burgueses" vivem do rendimento do trabalho, e não do capital. A resposta fácil a este problema é o místico vocativo da política de centro e de direita, banalizado no discurso mediático – a "classe média". O recurso exaustivo a esta categoria suplanta o antagonismo de classe e torna kitsch o uso de categorias sociais como "burguesia". Contudo, a "burguesia" mantém a conotação com o privilégio. Não fosse por isso, não teria sido esta a categoria escolhida para nomear quem está em teletrabalho, de forma a imputar-lhe a responsabilidade de "salvar" os "verdadeiros" explorados, atirados para o desemprego ou com quebra de rendimentos.

Segundo Susana Peralta[2], os setores mais afetados pela pandemia têm os salários mais baixos, como a restauração. Entre os setores menos afetados, encontram-se o trabalho presencial essencial com salários baixos – limpeza, indústria, etc. -, e o teletrabalho com salários mais elevados. Conclui que as profissões mais qualificadas e mais bem pagas são as mais compatíveis com o teletrabalho. Assim, os teletrabalhadores são "burgueses" porque têm rendimentos mais elevados. Mas aponta, e bem, exceções: há trabalhadores presenciais com salários elevados (ex. médicos) e teletrabalhadores com salários baixos, como os operadores de *call center*, trabalhadores estes que, sim, considera "explorados". Com as suas diferenças, não serão todos?

Entre março e dezembro de 2020, o consumo de energia subiu 15% no setor doméstico e desceu 18% no setor dos serviços[3]. O Kaizen Institute, consultora de recursos humanos, revelou à TSF que 70% dos diretores consideram que a eficiência dos trabalhadores aumentou em relação ao trabalho presencial, e que 85% das empresas não paga ajudas de custo aos trabalhadores[4]. O trabalhador passou a pagar custos de produção. A alguns trabalhadores foi mesmo cortado o subsídio de alimentação, substituído por um aumento do salário, inferior ao total do subsídio. Não será por acaso que segundo a mesma consultora, 2/3 das empresas pretendem manter o teletrabalho. Ao custo na carteira soma-se ainda o psicológico. Com, ou sem horário, o que permite conciliar melhor trabalho doméstico e remunerado? Quantos não trocam dias úteis por fins-de-semana, acabando por não ter descanso efetivo; quanto tempo poupado em deslocações se traduziu em mais trabalho, mais zoom? Para todos, a fronteira entre o espaço público e privado dilui-se, os dias confundem-se. Algumas das consequências para a saúde mental têm sido já antecipadas: insónias, ansiedade, depressão, num país em que o consumo de antidepressivos triplicou ainda antes da pandemia e onde o consumo de benzodiazepinas é alarmante[5]. Serão estes os rostos do privilégio burguês?

Afinal, de que burguesia falamos? Por um lado, a "burguesia" do teletrabalho é uma referência ao imbróglio conceptual da "classe média" a que a ciência dos números, comparando rendimentos, não responde. Erik Olin Wright apontou-a como um conjunto de trabalhadores que, devido à sua relação com a autoridade no processo de produção e elevadas qualificações, ocupam "posições contraditórias dentro das relações de classe"[6]. São trabalhadores "diferenciados" de outros, mas não rompem com as relações estruturais de classe que caracterizam o capitalismo. Por outro lado, a "burguesia" como instrumento discursivo é referência provocatória ao léxico marxista para legitimar uma política a que qualquer marxista se oporia: imputar custos sociais aos rendimentos do trabalho (esse grande privilégio!), salvaguardando a acumulação de capital.

**Mafalda Escada é ativista estudantil.**

[1] Coole, Diana. 'Is Class a Difference That Still Makes a Difference?' *Radical Philosophy*, no. 77 (June 1996).

[2] https://www.publico.pt/2021/03/05/opiniao/noticia/afinal-onde-burguesia-teletrabalho-1953166

[3] https://expresso.pt/opiniao/2021-03-12-Teletrabalho-e-preciso-mudar-a-lei

[4] https://www.tsf.pt/portugal/economia/dois-tercos-das-empresas-querem-manter-teletrabalho-apos-pandemia-85-nao-paga-ajudas-de-custo-13139482.html

[5] https://www.newsfarma.pt/noticias/8667-portugueses-consumiram-mais-de-10-milh%C3%B5es-de-embalagens-de-ansiol%C3%ADticos-num-ano.html

[6] Wright, Erik Olin. 'Análise de Classes'. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 17 (August 2015): 121–63

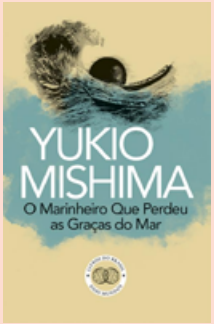
## LEITURAS

### A ESCOLA DE TOPEKA

**Ben Lerner, Relógio d'Água**

Em "A escola de Topeka", Ben Lerner mostra como o país que viria a ser presidido por Trump se alicerçou em padrões desiguais que foram passados de geração em geração, em que se fazia a apologia da violência como prova de masculinidade e em que até a verdade foi transformada em jogo retórico. "A América é uma adolescência sem fim" (p. 120), diz uma das personagens, mostrando os "homens a sério" como "eternos rapazes" que "têm de se distinguir pela violência".

O autor parte de uma escola secundária de Topeka, já maculada pelo ambiente da masculinidade tóxica, para mostrar as implicações da violência gratuita e a forma como não só essa apologia retrata um passado mas também como ergue e justifica um futuro. ***A.B.***




### O MARINHEIRO QUE PERDEU AS GRAÇAS DO MAR

**Yukio Mishima, Livros do Brasil**

Este romance de Mishima, publicado pela primeira vez em 1963, traz um plano radical pelas mãos de crianças despeitadas. A ofensa que lhes é feita mostra não apenas a brutalidade de um pacto de honra, mas também a ideia do amor como fragilidade humana.

Centrando-se na frieza e na crueldade de um grupo de crianças de 13 anos, vemos a propensão para a violência e a necessidade de a concretizar. Assentes num fundamentalismo que cria o maniqueísmo velhos contra novos, pais contra filhos, alimentam-se do ódio, custa-lhes ver para além dele, e acham que o que o motiva merece sofrer as consequências.

Pelas suas acções violentas, o leitor sente o desconcerto, o desfasamento, a inevitabilidade da pouca razão, o romantismo da emoção, uma pressa muito jovem, e vira as páginas sabendo que o desastre está à frente.

Sem complacências, Mishima mostrou a brutalidade com que a guerra polui quem vive, assim como os limites quebrados por uma questão de honra. No final, subjaz a ideia de um fundamentalismo absurdo, sem ponta de razão. ***A.B.***

PROPAGANDA

# O DESIGN NA REVOLUÇÃO: O CARTAZ DE PROTESTO

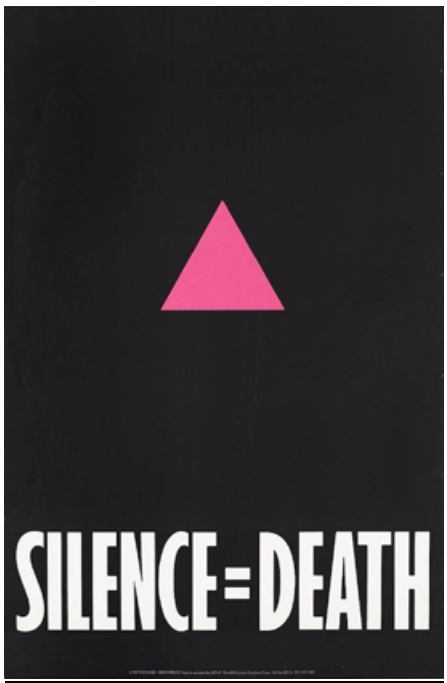
ANA MENDES

Percorrer as ruas de Lisboa é também percorrer a capital da comunicação. Anterior à realidade de um *feed*, as ruas praticavam já a 'arte' de nos bombardear com informação.

Muitas destas imagens seguem carregadas na nossa memória visual, dando-nos, inconscientemente, uma percepção da realidade que nos rodeia - em toda a sua atualidade e o seu passado, que vai perdurando nos cartazes rasgados e sem cor que prevalecem no teste do tempo.

Alguns destes cartazes conseguiram tornar-se ícones eternos da cultura ocidental, recriados e invocados, colados em paredes muito fora do meio urbano: Quantas versões do Uncle Sam não vimos já apontar-nos o dedo? Ou quantas Rosie's não vimos já recriadas no nosso *feed* de Instagram empunhando o seu braço de ferro?

Frequentemente dispostos de forma repetida, insistente (e quase fatídica), são, além das palavras escolhidas, as competências da imagem - do design gráfico - que farão um pedaço de papel comunicar volumes. Fossem as falas dos actores ideias e *copy*, o design gráfico seria o palco, o cenário e os adereços que criam o ambiente para que estas ganhem efeito.



Cartaz de protesto criado por um grupo gay, alertando para o estigma do VIH (1987, Nova Iorque)

Um cartaz com um bom design incorpora em si algo apelativo, um cariz sedutor inevitavelmente capaz de exercer persuasão/influência. Fortemente usado no séc. XX como meio de propaganda nas diversas guerras, foi também o formato privilegiado dos vários regimes.

Este uso do cartaz de forma não-democrática ao serviço do autoritarismo, gerou até hoje um dissabor em relação ao termo "propaganda" e aos efeitos persuasivos da comunicação visual. Fê-lo ao ponto de ser, ainda hoje, tabu no meio criativo, substituindo esta característica por vocabulário suave como 'influência'.

Esta tendência para ter como referência apenas o potencial negativo, quase ignora o importante contributo do cartaz para as revoluções e resistências desse mesmo século.

Afinal, foi também através deste que se reuniram massas, comunicaram e propagaram ideias, e se mantiveram membros da luta inspirados - ou se inspiraram aqueles que não lutavam ainda. E um dos formatos mais dedicados à arte de resistir é o **cartaz de protesto**.

Este tipo de comunicação, apesar de isoladamente não gerar progresso, faz parte do incentivo à ação. Devendo ser audazes, provocadores e, acima de tudo, empáticos, representam e projetam os objectivos de um esforço colectivo.

Se refletirmos sobre a memória visual que temos de um protesto, facilmente ela incide num desses cartazes e as palavras nele escritas, tão impactantes que sentimos a necessidade de tirar uma fotografia. É através das pancartas, identidades e símbolos (ex.: bandeira lgbtq+) que reconhecemos de imediato uma luta numa imagem sem som ou legenda.

Porque tudo ganhou uma nova dimensão com a era digital, o cartaz de protesto não foi diferente. A partilha massificada de uma imagem de *statement* representa a potencialidade de estender este fenómeno mobilizador às redes sociais, onde a comunicação visual tem um novo espaço privilegiado. Um exemplo é o IG:@designativista, que partilha hashtags reacionários ao clima social/político do Brasil.

Dito isto, na dinâmica das redes sociais, é o designer gráfico e o copywriter que têm o papel de eleição de trazer o cartaz de protesto das ruas, elevando-o para um objeto de partilha digital.

Concluindo, online ou offline, o cartaz de protesto nem sempre será um design revolucionário, mas esse não é, nem será, o requisito para ter o design ao serviço da revolução. Será continuar alertando, apelando e inspirando, com o incentivo para começar e o incentivo para continuar.

**Ana Mendes é designer e ilustradora.**